



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

MODERNIDADE, BARBÁRIE E ALTERIDADE

Elton Moreira Quadros*

(FJT)

RESUMO

Refletir, a partir das ideias do sociólogo Bauman, sobre como os ideais modernos de racionalidade e desenvolvimento tecnológico proporcionaram a realização, pelos nazistas, do Holocausto. Analisamos como a possibilidade de novas barbáries ainda ronda a chamada modernidade líquida através da reflexão sobre a violência e as cidades contemporâneas. Como alternativa ao caminho da barbárie desvelado por Bauman, propomos uma ponderação a partir da ética da responsabilidade e alteridade de Lévinas.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade, Barbárie, Modernidade.

INTRODUÇÃO

O século XX pode ser considerado o apogeu do ideal moderno. Quase todas as pretensões da modernidade com relação à ciência-tecnologia, ao desenvolvimento dos meios de comunicação, da medicina, ou seja, a uma humanidade no caminho do progresso, do esclarecimento, da racionalização das condutas humanas e até do cosmos estavam em ebulição ou, pelo menos, em germe já no início desse século que, como saberemos, ao final, será considerado, nas palavras de Eric Hobsbawm (1995), uma era de extremos.

*Especialista, professor na FJT e substituto na UESB, membro do grupo de pesquisa NUVIP – Núcleo Avançado de Estudos da Contemporaneidade. Email: eltonquadros@gmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Ao lado do “progresso”, desenvolveram-se, inclusive, com a utilização dos meios técnicos adquiridos com esse progresso, ideologias contrárias ao humano, seja por transformar os homens em objetos para o lucro ou em objetos para o estado.

Se o capitalismo selvagem destruiu vidas, como bem lembra Hannah Arendt, os totalitarismos não ficaram atrás. Transformaram a morte em “reprodutividade técnica”.

Pensemos no mais “bárbaro” dos totalitarismos – o Nazismo.

A tecnologia de guerra altamente desenvolvida, as racionais estratégias políticas, a utilização massiva dos meios modernos de comunicação – como o cinema, os cartazes e o rádio – transformaram os ressentimentos alemães em “esperança de dias melhores”, um Reich de 1.000 anos, em que uma parte significativa da humanidade seria exterminada e, assim, esse tempo de “paz” poderia, enfim, existir. Essa idéia hoje soa absurda, mas, em grande medida, foi a promessa nazista.

A lista de desgraças e crueldades é enorme, mas fiquemos com uma palavra – Holocausto.

Infelizmente, o Holocausto não é somente uma palavra estranha. Ela é o símbolo do terror para todos os judeus (e diversos povos, como ciganos, poloneses etc.) e, mais, um símbolo da barbárie para todos os que consideram a vida humana algo mais do que uma coisa qualquer.

Theodor Adorno, ao tratar sobre a educação e impressionado com a questão Auschwitz, esse fruto terrível do Holocausto, diz:

[...] a pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas. Qualquer debate acerca de metas

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação. Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora. Apesar da não-visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz. (ADORNO, 2000, p.119)

Hoje, mais de quarenta anos depois desse texto de Adorno, Auschwitz está ainda mais distante das consciências e a lista das “pequenas” e enormes barbáries seria muito mais extensa.

Modernidade e holocausto

Com o lançamento do premiadíssimo livro *Modernidade e Holocausto* em 1989, Bauman dá um passo adiante na compreensão de como foi possível o holocausto. Ademais, o sociólogo polonês destrói inúmeros mitos criados ao longo do tempo sobre esse evento.

Bauman (1998) chamará a atenção para algumas coisas importantes como: a de ter clareza de que o Holocausto não foi um mal que atingiu especificamente os judeus (dos 20 milhões de mortos pelo nazismo, 6 milhões eram judeus e os outros 14 milhões eram ciganos, poloneses etc.); a de que os realizadores da “solução final” não eram monstros psicóticos, como comumente são apresentados, mas, no geral, pessoas comuns que por uma série de mecanismos julgavam estar realizando uma atividade, como outra qualquer, dentro da racionalidade de sua época; a de que o antissemitismo não foi um fator determinante para a perseguição

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

aos judeus, uma vez que a Alemanha era considerada uma área de tolerância pelos próprios judeus, enquanto a França, por exemplo, era muito mais arredia a eles.

Destacará, também, a importância da invisibilidade moral em que se encontravam as vítimas e fez com que as ações dos burocratas-executores do Holocausto fossem “algo” trivial e, especialmente, a suspeita de que o Holocausto não foi uma ferida, uma aberração na “nossa civilização” moderna, no entanto,

mais do que um desvio no caminho de outra forma de progresso, mais do que um tumor canceroso no corpo de outra forma sadio da sociedade civilizada; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda. (BAUMAN, 1998, p. 26)

E, muitas vezes por isso, o Holocausto comumente é interpretado como um desvio e não uma consequência da própria civilização e, assim, há uma tentativa de “livrar” a modernidade de sua dolorosa, mas necessária, compreensão. Vejamos uma possibilidade de contar a história de Auschwitz, desta vez, com uma breve história do desenvolvimento da idéia de “solução final”, e tendo o rosto de seu principal responsável em mente.

O ano é 1941; estamos no final do mês de setembro. O competente administrador e fiel companheiro de Hitler, Heinrich Himmler, chefe das SS, chefe da Polícia alemã, ministro do interior e chefe do exército, ele, um exímio burocrata, está envolvido com inúmeras ponderações. Recorda que, antes de alcançarem o poder na Alemanha, Hitler havia estabelecido um Reich judenfrei, ou seja, o



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

território dominado pelos nazistas seria livre de judeus. No entanto, ainda não haviam sido estabelecidos os meios para alcançar esse fim.

Lembrará Himmler as inúmeras hipóteses propostas e intentadas pelos “especialistas”, que nunca se esqueceram de pensar na logística (custos, factibilidade, tempo, perdas, ganhos etc.). Inicialmente, a solução pareceu ser a emigração dos judeus dos territórios dominados pelos nazistas para outros países mais hospitaleiros a esse povo. No entanto, a expansão rápida do território dominado pelos alemães foi dificultando essa emigração.

Até mesmo a criação de um “principado judeu” havia sido considerada, primeiro na Polônia, depois em Madagascar (após a conquista da França pelos nazistas), mas a idéia inicial de uma Alemanha judenfrei agora, no desenvolvimento das conquistas alemãs, já implicava uma Europa judenfrei e a solução Madagascar foi considerada dispendiosa e “trabalhosa” demais. Por um momento, nos inícios da tentativa de conquista da Rússia, uma parte distante desse país foi considerada para ser uma espécie de “aterro” para os judeus, entretanto isso também começou a ser considerado inviável, na medida em que a conquista da Rússia tornou-se difícil.

A burocracia nazista estava com um problema nas mãos que exigia uma resolução rápida e eficiente. Uma solução foi pensada, ponderada, racionalizada e, em 1º de outubro, depois daquelas tentativas todas de encontrar uma solução sem muitas mortes para o problema dos judeus, Himmler, representando todo o esforço nazista de resolver o problema, ordena a suspensão das emigrações dos judeus. Com isso, abre o caminho para Auschwitz, que é, em alguma medida, o que será considerado pelos nazistas a solução mais razoável, naquelas circunstâncias, para, agora, um Mundo judenfrei. O que teria, digamos assim, uma logística mais eficaz do ponto de vista racional, orçamentário, burocrático na consecução do

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

objetivo, ou seja, o extermínio físico dos judeus através do Holocausto, a chamada “solução final”.

E essa constatação fica ainda mais evidente, uma vez que o zeloso e eficiente Himmler não era, pessoalmente, um anti-semita. E quantos dos que participaram do extermínio realizado pelos nazistas não estão nessa categoria? Hannah Arendt, no livro Eichmman em Jerusalém, o qual foi fortemente atacado, reflete sobre o caráter impessoal de alguns atos realizados e sobre a banalidade do mal.

Interessante pensar esta questão: em que medida uma existência subsumida inteiramente no seguimento de uma ordem racionalista e burocratizada pode levar alguns indivíduos – o responsável pelo envio de milhares de judeus para a escravidão e morte cruel nos campos de concentração, Karl Adolf Eichmann, seria o exemplo máximo, nesse caso – a perceber o mal como algo banal?

Quando o Holocausto ou a fome implementada por Stálin na Sibéria; quando a tortura ou atentados terroristas (que passam a ser um temor cotidiano); quando o sofrimento e a solidão humana são vistos como coisas corriqueiras ou mesmo implementáveis, dentro de uma racionalidade técnica ou displicente (banalizadora do humano), estamos cotidianizando a barbárie.

Quanta barbárie pôde ser realizada em nome dos ideais modernos de eficiência e racionalidade? Em nome da burocrática realização do “cumprimento do dever”?

O século XX foi um cenário efetivo para a “encenação” dos maiores atos de barbárie já conhecidos, uma vez que essa barbárie foi calculada e, não coincidentemente, foi o ápice do desenvolvimento dos mecanismos e anseios racionalistas dos iluministas, positivistas e cientificistas de todas as eras.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Sociabilidade e barbárie na modernidade líquida

Ao longo deste texto, apresentamos alguns momentos da ocorrência do mal e da barbárie na história. Mas precisamos refletir de modo especial e urgente sobre a “barbárie nossa de cada dia”. Para isso, com o auxílio de Bauman, meditaremos um pouco sobre as características das cidades na atualidade, não perdendo de vista a interação cada vez maior entre o aspecto “global” e “local”:

[...] proteger do perigo “sempre esteve entre os principais estímulos para construir cidade, cujos confins – das antigas aldeias mesopotâmicas às aldeias dos nativos norte-americanos – eram definidos muitas vezes por extensos muros ou cercas”. Os muros, os fossos, as paliçadas assinalavam o limiar entre “nós” e “eles”, entre ordem e caos, paz e guerra: os inimigos eram mantidos do outro lado e não podiam se aproximar. Contudo, “depois de ter sido relativamente segura”, nos últimos 100 anos a cidade se transformou em um lugar que faz pensar “mais no perigo que na segurança”. Hoje, com uma singular reviravolta em seu papel histórico – e a despeito das intenções ou expectativas originais -, nossas cidades, uma vez de constituírem defesas contra o perigo, estão se transformando em perigo. Diken e Laustsen chegam a sugerir que o milenar “vínculo entre civilização e barbárie se inverteu. A vida nas cidades está se convertendo em um estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha”. (BAUMAN, 2009, p.61)

As cidades acabam por se tornarem os locais da barbárie, seja na forma da violência, da fome, do abandono, das solidões “acompanhadas”, das depressões e do medo. Inúmeras são as tentativas de evitar “os outros” hostis que enchem as cidades e tornam necessária a construção de casas e condomínios que são verdadeiras fortalezas e onde só habitam os “iguais” (isso também pode ser considerado do ponto de vista dos iguais em comportamentos, daí a idéia de “tribos urbanas”, por exemplo). “O impulso para uma ‘comunidade de semelhantes’

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

é um sinal de retirada, não somente da alteridade que existe lá fora, mas também do empenho na interação interna, que é viva, embora turbulenta, fortalecedora, embora incômoda” (BAUMAN, 2009, p.45). Mesmo sendo incapaz de diminuir os riscos verdadeiros encontrados na sociabilidade urbana, a “auto-exclusão” ou isolamento de alguns “iguais” produz, certamente, um fechamento e, cada vez mais, uma impossibilidade para uma vivência efetiva e afetiva com a alteridade, com a pessoa do outro.

No entanto, não podemos perder de vista que a questão da alteridade ganha contornos peculiares naquilo que Bauman chama de modernidade líquida.

Se a “modernidade sólida” levou-nos ao Holocausto (como expressão máxima de seu desenvolvimento), o que esperar destes nossos tempos líquidos em que os guetos são autoproduzidos e a individualização é a marca do isolamento dos indivíduos?

Responsabilidade

Existem soluções para o risco de cairmos cada vez mais na barbárie? Será que uma “solução” é possível e eficiente? Como afirma Luiz Felipe Pondé, no campo do humano, nada pode ser visto pelo prisma da eficiência, uma vez que, ao fim e ao cabo, nada funciona bem. Não podemos avaliar as nossas relações através do prisma (dos critérios) da “qualidade total”.

Será que a Modernidade Líquida apresenta ainda maiores dificuldades para que tomemos menos consciência em relação às relações com os outros; será que a invisibilidade moral fica ainda mais dilatada, num período de frouxidão, individualização e permanentes incertezas?

Em alguns momentos, depois da barbárie “sólida” representada pelo Holocausto e da barbárie líquida existente nas relações cotidianas da pós-

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

modernidade de “violências gratuitas”, a sensação que temos é de que aquele provérbio latino seria a máxima de nossos tempos: *Abyssus abyssum invocat*.

Por isso, neste ponto de nossa reflexão, quando a barbárie parece ser, nas suas formas mais dirimidas, o destino de nosso tempo, e quando a sociabilidade humana ganha as formas de um individualismo hedonista e extremista, quero lembrar a radicalidade do pensamento de Emmanuel Lévinas quando afirma:

[...] sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me viesse a custar a vida. A recíproca é assunto dele. Precisamente na medida em que entre outrem e eu a relação não é recíproca é que eu sou sujeição a outrem; e sou “sujeito” essencialmente neste sentido. Sou eu que suporto tudo. Conhece a frase de Dostoievsky: “Somos todos culpados de tudo e de todos perante todos, e eu mais do que os outros”. Não devido a esta ou àquela culpabilidade efectivamente minha, por causa de faltas que tivesse cometido; mas porque sou responsável de uma responsabilidade total, que responde por todos os outros e por tudo o que é dos outros, mesmo pela sua responsabilidade. O eu tem sempre uma responsabilidade a mais do que todos os outros. (LÉVINAS, 2007, p.82).

Lévinas aponta uma importante questão, não somente uma idéia de responsabilidade dentro dos limites de uma lógica do dar e receber, da troca e, muito menos, do “levar vantagem”, mas a afirmação de uma relação entre o eu e o outro, em que o fundamento metafísico é a justiça e esta fundamenta-se na responsabilidade que possibilita a verdadeira compreensão do eu:

Sou eu que suporto outrem, que dele sou responsável. Vê-se assim que no sujeito humano, contemporânea de uma sujeição total, se manifesta a minha primo-genitura. A minha responsabilidade não cessa, ninguém pode substituir-me. De facto, trata-se de afirmar a própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da deposição do eu soberano na consciência de si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem. A responsabilidade é o que

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

exclusivamente me incumbe e que, humanamente, não posso recusar. Este encargo é uma suprema dignidade do único. Eu, não intercambiável, sou eu apenas na medida em que sou responsável. Posso substituir a todos, mas ninguém pode substituir-me. Tal é a minha identidade inalienável de sujeito”. (LÉVINAS, 2007, p.84).

A responsabilidade encontrará a sua linguagem no rosto desse outro. Em alguma medida, o rosto propicia, num primeiro momento, a originária relação ética. “[...] há no rosto uma pobreza essencial; a prova disto é que se procura mascarar tal pobreza assumindo atitudes, disfarçando. O rosto está exposto, ameaçado, como se nos convidasse a um acto de violência. Ao mesmo tempo, o rosto é o que nos proíbe de matar” (LEVINAS, 2007, p.70).

A dedicatória do livro *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence de Lévinas* diz “À memória daqueles que eram mais próximos entre os seis milhões assassinados pelos nacional-socialistas e dos milhões sobre milhões de todas as confissões e todas as nações vítimas do mesmo ódio do outro, o mesmo anti-semitismo” (LÉVINAS, 2008b). Nesse sentido, o filósofo aponta o silêncio da filosofia ainda hoje ou até mesmo a sua colaboração no passado ao fornecer um instrumental conceptual para a racionalização e o cientificismo. No entanto, talvez o maior crime da filosofia tenha sido o de negligenciar a questão da importância da pessoa, de cada pessoa e, assim, tornar o outro uma mera abstração ou mesmo contribuir para que a invisibilidade moral ganhasse força.

A memória de Auschwitz, segundo Lévinas, nos será útil para intensificar, no presente e no futuro, a responsabilidade pelo outro. “A outra pessoa viva diante de mim hoje e a outra pessoa morta em Auschwitz estão interfoliadas na experiência ética: por um lado, esquecer ou abandonar aqueles que foram assassinados seria ignorar o rastro de seu sofrimento que está nas responsabilidades para com e por outra pessoa hoje, e, por outro, a face de outra pessoa é uma lembrança da vulnerabilidade humana, especialmente do sofrimento



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

das vítimas” (HUTCHENS, 2004, pp.123-124). O sofrimento de cada rosto que encontramos faz memória de todos os sofrimentos vividos pelos homens ao longo da história e, de maneira especial, os rostos do Holocausto, uma vez que o projeto da modernidade, tão acalentado pela humanidade, foi um dos responsáveis por esse momento ápice da barbárie humana.

CONCLUSÕES

Se Adorno nos despertou para a barbárie que foi Auschwitz, Bauman nos introduz numa compreensão para além das ideologias e Lévinas nos chama a atenção para toda forma de barbárie que a não-aceitação da minha e sua responsabilidade pelo outro pode implicar. Em outros termos, com o fechamento para o outro, para essa responsabilidade radical, só poderão germinar (como podemos ver nesses nossos tempos ainda) barbáries.

Podemos, com Adorno, interrogar-nos sobre que educação pode ser realizada após Auschwitz? Podemos, ainda, nos interrogar sobre que cultura pode ser desenvolvida após Auschwitz? Podemos, também, nos interrogar sobre que memória temos de tudo o que nos circunda, após Auschwitz? Mas, fundamentalmente, não podemos perder de vista a pergunta sobre a nossa responsabilidade, sobre cada ser que – ainda agora, neste instante – sofre as novas barbáries.

Adorno, em alguma medida, propõe uma educação para a emancipação do autoritarismo. Com isso, seria necessária uma cultura e uma memória que possibilitassem a emancipação. Desconfio que a radicalidade de Lévinas possa ser mais eficaz, na medida em que propõe como fundamento a relação: “A socialização será uma maneira de sair do ser; sem ser pelo conhecimento” (LÉVINAS, 2007,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

p.46); e aqui relação é entendida como uma responsabilidade pelo outro em uma dimensão que ultrapassa o mero objetivismo moderno.

Uma relação que leve o “rosto” em consideração, como propõe Lévinas (2007, p.72): “Há no aparecer do rosto um mandamento, como se algum senhor falasse. Apesar de tudo, ao mesmo tempo, o rosto de outrem está nu; é o pobre por quem posso tudo e a quem tudo devo. E eu, que sou eu, mas enquanto ‘primeira pessoa’, sou aquele que encontra processos para responder ao apelo”.

Somente em um mundo desencantado que perdeu de vista a relação originária pode transformar os outros em coisas. E, numa configuração fechada a esse apelo que a alteridade nos oferece, não será difícil perceber os riscos cada vez maiores de enredamentos na barbárie “nossa” de cada dia.

No entanto, não terminemos com uma nota de desesperança. Se, hoje, grande parte dos problemas humanos, muitas vezes desenvolvidos pela chamada globalização, repercutem no cotidiano das cidades, especialmente, na tendência ao fechamento ao outro através da individualização, um outro olhar é possível quando pensamos que “o espírito da cidade é formado pelo acúmulo de minúsculas interações cotidianas com o motorista do ônibus, outros passageiros, o jornaleiro, o garçom do café; das poucas palavras, dos cumprimentos, dos pequenos gestos que aplainam as arestas ásperas da vida urbana” (BAUMAN, 2009, p.88-89).

A sociabilidade urbana pode ser um espaço de vivência das diferenças e da tomada de consciência em relação à responsabilidade que temos para com cada rosto, percebendo que há uma tarefa fundamental para todos nós, ou seja, “a tarefa de tornar humana a comunidade dos homens” (BAUMAN, 2009, p.89). É preciso retomarmos o caminho da compaixão, da caridade, da solidariedade; um caminho que possibilite uma abertura ao outro, um cuidado para com o outro e, assim, a barbárie, cujo espectro nos aterroriza, encontrará uma oposição que terá força se existir a partir de nossa casa, de nossa cidade, e que mobilize toda a nossa



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

existência, uma vez que compreendemos o eu também como relação, um “pôr em questão do Mesmo – que não pode fazer-se na espontaneidade egoísta do Mesmo – é algo que se faz pelo Outro. Chama-se ética a esta impugnação da minha espontaneidade pela presença de Outrem” (LEVINAS, 2008a, p. 30).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jersalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTCHENS, B. C. **Compreender Lévinas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- _____. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2008a.
- _____. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. Paris: Kluwer Academic, 2008b.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Entrevista com Zigmunt Bauman**. Tempo social. vol.16 n.1 São Paulo Junho 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext>